



A POLÍTICA DE FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NUMA CONJUNTURA DE DESMONTE DAS POLÍTICAS SOCIAIS¹

Ailton Cotrim Prates²
Carolina Nozella Gama³
Cristina Souza Paraíso⁴

RESUMO

Fruto de dissertação de mestrado, que analisou a política de financiamento da educação do campo, esse trabalho discute a necessidade de resistência frente ao aprofundamento dos ataques aos direitos dos trabalhadores, numa conjuntura de intenso desmonte das políticas sociais. Para tanto, recupera a articulação entre a luta atual pela valorização da política social, que no âmbito da política educacional perpassa pela defesa de um sistema nacional de educação, e o projeto histórico socialista.

PALAVRA-CHAVE: Financiamento da educação; Sistema nacional de educação; Educação do campo.

1 INTRODUÇÃO

Frente à conjuntura de acirramento da luta de classes a nível mundial (guerras, mortes, fome, escravização, destruição dos recursos naturais), e a nível nacional, um Golpe parlamentar vem cumprindo o papel de desmonte do estado brasileiro, com o aprofundamento do ataque aos direitos da classe trabalhadora sem precedentes. Apoiando-se nos seus instrumentos de luta os movimentos sociais, do campo e da cidade, tem resistido, travando a batalha por nenhum direito a menos⁵. No âmbito da política educacional isso perpassa pela defesa de um Sistema Nacional de Educação (SNE). Contudo, necessita-se de um projeto de escola do campo que aponte para a emancipação e desenvolvimento pleno do ser humano, que contraponha-se ao projeto histórico e de escolarização burguês. Todas essas batalhas transitórias articulam-se, em última instância, à defesa do projeto histórico socialista.

2 METODOLOGIA

A pesquisa, de cunho bibliográfico e análise documental, pautou-se no método materialista histórico dialético, enfatizando as categorias contradição, realidade e

1 Este trabalho contou com apoio financeiro da CAPES.

2 Universidade Federal de Alagoas (UFAL), ailtonprates@hotmail.com

3 Universidade Federal de Alagoas (UFAL), carolina.gama@cedu.ufal.br

4 Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), tinaparaíso@yahoo.com

5 Ver <http://otrabalho.org.br/e-luta-de-classe-dia-28-vem-ai/>. Acesso em 16 de abril de 2017.

possibilidades. Com destaque para a análise marxista do financiamento, estrutura e política educacional e da educação do campo.

3 DESCRIÇÕES, RESULTADOS, INTERPRETAÇÕES...

Saviani (2000) aponta a ausência de um SNE como um déficit histórico no campo educacional brasileiro, que se arrasta por pelo menos por 100 anos. Saviani (2006) explica que o sucesso de países que hoje se encontram na liderança econômica, política, social e cultural, no combate ao analfabetismo, se deu pela implantação de sistemas nacionais de ensino. Para análise de sistemas de ensino, existem dois modelos históricos: o americano e o europeu. O primeiro opta por deixar a educação para os órgãos locais não instituindo Ministério da Educação nem lei nacional de ensino. Já o europeu organiza sistemas nacionais, norteados por diretrizes elaboradas pelos órgãos centrais do Estado, instituindo Ministérios da Educação e elaborando leis nacionais. Apesar de termos Ministério da Educação e Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. O Brasil optou pelo modelo americano. A política do MEC:

[...] caracteriza-se pela flexibilização, pela descentralização das responsabilidades de manutenção das escolas, induzindo os municípios a assumir os encargos do ensino fundamental e apelando à sociedade, de modo geral, aí compreendidas as empresas, organizações não-governamentais, a comunidade próxima à escola, os pais e os próprios cidadãos individualmente considerados, para que cooperem, pela via do voluntarismo e da filantropia, na manutenção física, na administração e no próprio funcionamento pedagógico das escolas. (ibid., p. 52).

O modelo europeu foi capaz de garantir relativa coesão, homogeneidade do acesso à cultura letrada, propiciando mais igualdade de condições na participação social. O modelo americano, mais desigual, deixa-nos a tarefa, para o século XXI, de organizar um sistema de ensino que universalize o Ensino Fundamental e, conseqüentemente, erradique o analfabetismo. (ibid., 2006).

Destarte, urge assumir a educação como prioridade maior por meio de ações concretas como a duplicação imediata dos recursos destinados à educação, vez que os recursos orçamentários regulares são insuficientes para responder aos problemas educacionais que foram se acumulando no país. (id., 2007). O sistema de ensino supõe planejamento, coerência e intencionalidade, o que implica que se organize e opere segundo um plano de educação. (id., 2010).

FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

O avanço imperialista, através da “[...] mundialização financeira é uma combinação da “liberação dos movimentos dos capitais e à interconexão internacional dos mercados dos ativos financeiros – obrigações públicas e privadas, ações e produtos derivados” (CHESNAIS, 2005, p. 36). Processo desencadeado desde a década de 1970 quando EUA e Reino Unido fazem a “reciclagem dos petrodólares” e como consequência impõem sua agenda aos países endividados da América Latina. Só em 2014 o governo federal destinou, aproximadamente, 42,00% do Orçamento Geral da União para o pagamento da dívida.⁶

⁶ Disponível em: <<http://www.auditoriacidada.org.br/e-por-direitos-auditoria-da-divida-ja-confira>>

O poder de credor da dívida pública permitiu aos países capitalistas centrais o avanço da dominação econômica e política dos países periféricos. A “ditadura dos credores” ocorre via golpe de Estado e este golpe foi dado pelos EUA, com sua política de “liberação dos mercados de títulos da dívida pública e da alta do dólar e das taxas de juros no período de 1979-81” (id., p.40). Novamente em 2016, com o processo de impeachment de Dilma Rousseff, processou-se um Golpe visando a ampliação da dominação econômica e política dos países capitalistas centrais em crise; aprofundando-se, em poucos meses, a política de ajuste fiscal estrutural que vem aniquilando as políticas sociais e os direitos conquistados pelos trabalhadores.⁷

Michel Temer, [...], vem tomando medidas que comprometem as conquistas civilizatórias presentes na Constituição de 1988, e tudo isso com uma velocidade que só a ruptura democrática possibilita. [...] Temer se apressou em fazer uma reforma administrativa, que extinguiu pastas e fundiu áreas do governo. Fagnani (2016) alertou que “como uma espécie de símbolo (o presidente), colocou a Previdência dentro do Ministério da Fazenda”, explicitando “uma face da luta de classes no país”. Segundo o autor, as elites financeiras jamais aceitaram que o movimento social dos anos 1970 e 1980 introduzisse na Constituição os direitos sociais cujo atendimento exige 10% do Produto Interno Bruto (PIB). Trata-se de uma disputa por recursos públicos, de um movimento do capital rumo à apropriação da relativamente pequena margem de recursos estatais protegidos de sua exploração e acumulação.⁸

O financiamento da Educação pública no Brasil também sofre com as determinações do movimento econômico em nível planetário, e como consequência temos: perdas pela inflação; renúncia e sonegação fiscal; a política fiscal/econômica; a não aplicação das verbas vinculadas pela lei; a impunidade; diferentes interpretações dos Tribunais de Contas sobre cálculos das receitas e despesas vinculadas à manutenção e desenvolvimento do ensino, e desigualdade de recursos em todas as esferas de governo. O Estado brasileiro está a serviço da classe dominante, por outro lado tem de gerenciar também as cobranças da classe trabalhadora. (DAVIES, 2008).

O contexto de ascensão dos movimentos sociais e das lutas travadas na década de 1980 no Brasil é fundamental para entendermos o financiamento da Educação pública, e seus revezes. A luta em torno da Educação do Campo expressa tal enfrentamento. Para Araújo e D’Agostini (2012), os trabalhadores do campo se aperceberam da necessidade de apropriação do “conhecimento socialmente acumulado” na medida em que lutavam por terra, por trabalho e melhores condições de trabalho. O entendimento de que a educação escolar é importante e que a apropriação do saber produzido e acumulado pela humanidade a transforma é um espaço de disputa.

A atuação de governos progressistas promoveu um acúmulo de forças dos movimentos sociais que fizeram avançar as políticas sociais, porém sem romper

o-grafico-do-orcamento-de-2012/> Acesso em: 25 mar. 2014.

7 Haja visto o “pacote de maldades”: Projeto de lei complementar - PL 257/2016; Projeto de Emenda Constitucional - PEC 55/2016 (antiga 241); Reforma do Ensino Médio - Medida Provisória 746/2016; Projeto de Lei Escola Livre - Lei da mordaça; Reforma da previdência e trabalhista; Privatização do Pré-sal, etc.

8 Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302016000200329>. Acesso 15 abril 2017.

com as políticas neoliberais. A política educacional nos governos Lula e Dilma são exemplos desse processo. O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) tem traços neoliberais, propondo redistribuição entre os governos estadual e municipal dos recursos já vinculados pela constituição à educação e pouco incremento de recursos, no caso, a complementação da União. A prioridade acaba sendo “o atendimento dos interesses do capital ‘nacional’ e estrangeiro” (DAVIES, 2008), mesmo tendo havido uma preocupação em atender parte das reivindicações da classe popular através dos programas sociais.

O financiamento da Educação do Campo só passou a ser preocupação na CF de 1934, que: “assegura, mesmo que de maneira ainda frágil, o financiamento para o atendimento escolar do campo como responsabilidade do poder público” (ibid., p. 2), passando por variações nas Cartas seguintes e, na CF de 1988 e LDB 9.394/96, há o reconhecimento da especificidade do campo, sem deixar de considerá-lo como parte integrante da sociedade, mas indicação direta de financiamento ou recurso destinado à educação do campo se dá com a Lei nº 9.424/96 (Fundef), que estabelece valor aluno/ano diferenciado para os alunos das escolas rurais, o que não é suficiente para garantir as condições necessárias e ideais. As Diretrizes Operacionais para a Educação Básica do Campo de 2002 representaram um marco importante ao reconhecer a especificidade do campo (o que supõe fonte extra de financiamento), ainda que devessem ser mais claras quanto ao seu financiamento.

Contudo, até os pequenos avanços foram atacados. O programa de Reforma Agrária e Governança Fundiária foi reduzido a mais da metade (menos 52,6%). O Ministério do Desenvolvimento Agrário foi extinto e está sob o guarda-chuva da Casa Civil, há R\$ 1,2 bilhão a menos para o setor, dentre as quais a redução de R\$ 412 milhões para a compra de terras para a reforma agrária e o corte de 63,7% na ação “Promoção da Educação do Campo”.⁹

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, urge a unidade da classe trabalhadora em torno da construção de uma Greve Geral e da Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político. O financiamento privado de campanha, entre outras regras vigentes, atravancam as pautas dos trabalhadores. Com a bancada ruralista, evangélica, do empresariado da educação com maioria no Congresso, os direitos sociais historicamente conquistados são destruídos, a democracia ameaçada.

LA POLITICA DE FINANCIACIÓN DE LA EDUCACIÓN RURAL EN UN AMBIENTE DE INTENSO DESMANTELAMIENTO DE LAS POLÍTICAS SOCIALES

RESUMEN: Resultado de La disertación de maestría, que analizó la política de financiación de La educación rural, este trabajo analiza La necesidad de La resistencia contra los ataques cada vez más profundas sobre los derechos de los trabajadores, en un ambiente de intenso desmantelamiento de las políticas sociales. Para ello, recupera La relación entre la lucha actual para La mejora de la política social, en el contexto de la política educativa abrazado por la defensa de un sistema nacional de educación y el proyecto histórico socialista.

PALABRA CLAVE: Financiación de La educación; sistema nacional de educación; educación rural.

9 Disponível em <https://theintercept.com/2016/09/02/temer-pede-corte-medio-de-30-em-programas-sociais-mas-verba-para-militares-e-agronegocio-aumenta/>. Acesso em 16 de abril de 2017.

THE FIELD EDUCATION FUNDING POLICY IN A SOCIAL POLITICAL DISMOUNT SETTING

ABSTRACT: As a result of a master's thesis, which analyzed the financing policy of rural education, this paper discusses the need for resistance to the deepening of attacks on workers' rights, in a context of intense dismantling of social policies. To do so, it recovers the articulation between the current struggle for the valorization of social policy, which in the scope of educational policy runs through the defense of a national education system, and the socialist historical project.

KEYWORDS: Financing of education; National education system; Rural education.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, L. G. de.; D'AGOSTINI, A. Movimento dos trabalhadores rurais sem terra: materiais teórico-metodológicos referentes à luta pela terra e pela educação. In: VENDRAMINI, C. R.; AUED, B. W. (Orgs.). **Temas e problemas no ensino em escolas do campo**. São Paulo: Outras Expressões, 2012. p.135-154.

CHESNAIS, François. **A finança mundializada**. São Paulo: Boitempo, 2005.

DAVIES, N. **Fundeb**: a redenção da educação básica? Campinas: Autores Associados, 2008.

SAVIAN, D.; ALMEIDA, J. S. de. et al. **O legado educacional do século XIX**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2006.

SAVIANI, D. **Da nova LDB ao FUNDEB**: por uma outra política educacional. Campinas: Autores Associados, 2007.

_____. **Educação Brasileira**: estrutura e sistema. 8. ed. Campinas: Autores Associados, 2000.

_____. Desafios da construção de um sistema nacional articulado de educação. **Trabalho, Educação e Saúde**, v.6, n.2, p.213-231, jul./out. 2000.

_____. Sistema Nacional de Educação articulado ao Plano Nacional de Educação. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, n. 44, maio/ago. 2010.